



PARECER PRÉVIO Nº 21/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 10146/2013

Apenso: Processo nº 10036/2013

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Manaquiri.

4- Exercício: 2012.

5- Responsável: Sr. Jair Aguiar Souto, Prefeito Municipal, à época.

6- Advogado: Leandro Souza Benevides - OAB/RJ 123.979 e OAB/AM 491-A, Taíse Dos Santos Justiniano - OAB/AM 9.032, Paulo Victor Vieira da Rocha - OAB/SP 231.839 e OAB/AM 540-A, Maurício Lima Seixas - 7881, Bruno Vieira Da Rocha Barbirato - OAB/AM N.º 6.975, Tábatta Lorena Coelho Guimarães - OAB/AM 7.789, Johmara Oliveira De Souza - OAB/AM 7.334, Pedro de Araújo Ribeiro - OAB/AM N.º 6.935, Isabella Jacob Nogueira - OAB/AM 8.800, Bruno Giotto Gavinho Frota - OAB/AM 4.514, Mayara Silva Lima - 9873, Livia Rocha Brito - OAB/AM 6.474, Tayanna Bahia Costa - OAB/AM 7.656 e Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4.331.

7- Unidade Técnica: DICAM/DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1653/2015-MP-RCKS, do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas (fls.4607/4608).

9- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Manaquiri. Exercício de 2012.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das Contas Anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º da Constituição Federal, c/c o art. 127 da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2423/1996; e art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, ressaltando as prestações de contas de convênios firmados com os Órgãos federais e estaduais, em decorrência do que preceituam, respectivamente, os arts 71, inciso VI e 40, inciso V, respectivamente, das Constituições Federal e Estadual, tendo discutido a matéria, nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a Proposta de Voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1- Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a **desaprovação das Contas do Sr. Jair Aguiar Souto**, responsável pela Prefeitura Municipal de Manaquiri, no exercício de 2012, com fundamento no art. 127 da Constituição Estadual.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 21/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

11- Ata: 14ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 03 de Maio de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado)

13.1- Auditor Presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

MÁRIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Conselheiro-Convocado

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 21/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 21/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 10146/2013**
Apenso: Processo nº 10036/2013
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Manaquiri.
- 4- **Exercício:** 2012.
- 5- **Responsável:** Sr. Jair Aguiar Souto, Ordenador de Despesas, à época.
- 6- **Advogado:** Leandro Souza Benevides - OAB/RJ 123.979 e OAB/AM 491-A, Taíse Dos Santos Justiniano - OAB/AM 9.032, Paulo Victor Vieira da Rocha - OAB/SP 231.839 e OAB/AM 540-A, Maurício Lima Seixas - 7881, Bruno Vieira Da Rocha Barbirato - OAB/AM N.º 6.975, Tábatta Lorena Coelho Guimarães - OAB/AM 7.789, Johmara Oliveira De Souza - OAB/AM 7.334, Pedro de Araújo Ribeiro - OAB/AM N.º 6.935, Isabella Jacob Nogueira - OAB/AM 8.800, Bruno Giotto Gavinho Frota - OAB/AM 4.514, Mayara Silva Lima - 9873, Livia Rocha Brito - OAB/AM 6.474, Tayanna Bahia Costa - OAB/AM 7.656 e Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4.331.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAM/DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1653/2015-MP-RCKS, do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas (fls.4607/4608).
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Manaquiri. Exercício 2012.

*Irregularidade. Multas. Prazo. Alcance.
Determinações. Notificação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da Proposta de Voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1– Julgar Irregular a Prestação de Contas do **Sr. Jair Aguiar Souto**, responsável pela Prefeitura Municipal de Manaquiri, no exercício de 2012;

10.2 – Aplicar Multa ao **Sr. Jair Aguiar Souto**, com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96 c/c art. 308, VI, do RI-TCE/AM, no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos) em virtude de: 1) irregularidade no processo de inexigibilidade n.º 05/2012, 2) injustificada não realização de concurso público, 3) descumprimento da Lei Municipal n.º 364/2005, 4) ausência de identificação de terreno de escola (convite n.º 25/2012), 5)



ACÓRDÃO Nº 21/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 21/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

injustificada prorrogação de prazo em 300 dias (convite n.º 003/2012), 6) previsão de cláusula em instrumento convocatório impondo aos licitantes visita aos local das obras prejudicando a ampla concorrência (tomada de preços n.º 004/2012), 7) ausências de diários de obras e ART (convite n.º 042/2012), 8) ausência de diário de obras, ausência de registros fotográficos, ausência de demonstrativo contendo detalhamento/descrição do BDI e inexistência de justificativas para prorrogação de prazo (convite n.º 010/2012) e 9) inexistência de discriminação/detalhamento de BDI e registros fotográficos antes e durante os serviços (convite n.º 039/2012), que deve ser recolhido na esfera estadual para o Órgão de Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, no **prazo de 30 dias** com comprovação perante este Tribunal nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n.º 04/2002 - TCE/AM;

10.3 – Aplicar Multa ao Sr. João Lúcio Galvão Gonçalves, com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2.423/96 c/c art. 308, VI, do RI-TCE/AM, no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos) em razão das restrições a seguir: 1) ausência de identificação de terreno de escola (convite n.º 25/2012), 2) injustificada prorrogação de prazo em 300 dias (convite n.º 003/2012), 3) ausências de diários de obras e ART (convite n.º 042/2012), 4) ausência de diário de obras, ausência de registros fotográficos, ausência de demonstrativo contendo detalhamento/descrição do BDI e inexistência de justificativas para prorrogação de prazo (convite n.º 010/2012) e 5) inexistência de discriminação/detalhamento de BDI e registros fotográficos antes e durante os serviços (convite n.º 039/2012), que deve ser recolhido na esfera estadual para o Órgão de Encargos Gerais do Estado - SEFAZ no **prazo de 30 (trinta) dias** com comprovação perante este Tribunal nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n.º 04/2002 - TCE/AM;

10.4 – Considerar em alcance solidariamente, o **Sr. Jair Aguiar Souto, o Sr. João Lúcio Galvão Gonçalves e a empresa Megacon Serviços de Construção Civil Ltda.** em **R\$ 7.942,23** (sete mil, novecentos e quarenta e dois reais e vinte e três centavos) devido à não comprovação de regular execução da cobertura do prédio do SEMAE (item 4.2 da estimativa de custos pertinente ao convite n.º 010/2012), que deve ser recolhido na esfera municipal para Prefeitura Municipal de Manaquiri, no **prazo de 30 (trinta) dias** com comprovação perante este Tribunal nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n.º 04/2002 - TCE/AM;

10.5 – Considerar em alcance solidariamente, o **Sr. Jair Aguiar Souto, o Sr. João Lúcio Galvão Gonçalves e a empresa Sigma Engenharia e Consultoria Ltda.** em **R\$ 28.330,62** (vinte e oito mil, trezentos e trinta e seis reais e sessenta e dois centavos) em virtude da execução parcial do item 3.3 (aplicação de duas demãos de tinta acrílica) da estimativa de custos pertinente à carta-convite n.º 039/2012; que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Manaquiri por descumprimento de/pelas improbidades



ACÓRDÃO Nº 21/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 21/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

apontadas. O recolhimento deve ser feito no **prazo de 30 dias** com comprovação perante este Tribunal nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n.º 04/2002 - TCE/AM;

- 10.6 – Considerar em alcance** solidariamente, **o Sr. Jair Aguiar Souto, o Sr. João Lúcio Galvão Gonçalves e a empresa NPJ Construção e Comércio Ltda.** em **R\$ 7.627,44** (sete mil, seiscentos e vinte e sete reais e quarenta e quatro centavos) em virtude de não terem comprovado a correta execução do serviço de gramagem em muda (item 7.1 da planilha orçamentária) e em R\$ 351,76 (trezentos e cinquenta e um reais e setenta e seis centavos) devido à não comprovação de que o mastro para bandeira foi executado às custas tão somente da carta-convite n.º 025/2012. Os valores (R\$ 7.979,20) devem ser recolhidos na esfera municipal em benefício da Prefeitura Municipal de Manaquiri no **prazo de 30 (trinta) dias** com comprovação perante este Tribunal nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n.º 04/2002 - TCE/AM;
- 10.7 – Considerar em alcance** solidariamente, **o Sr. Jair Aguiar Souto, o Sr. João Lúcio Galvão Gonçalves e a empresa Sigma Engenharia e Consultoria Ltda.** no valor de **R\$ 13.745,54** em virtude da não comprovação de correta execução do item 18.1 (Forro em lambri de PVC 200mm), pertinente à Tomada de Preço n.º 004/2012, que deve ser recolhido na esfera municipal para a Prefeitura Municipal de Manaquiri, no **prazo de 30 (trinta) dias** com comprovação perante este Tribunal nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n.º 04/2002 - TCE/AM;
- 10.8 – Considerar em alcance** solidariamente, **o Sr. Jair Aguiar Souto, o Sr. João Lúcio Galvão Gonçalves e a empresa Megacon Serviços de Construção Civil Ltda.** em **R\$ 14.659,63** (quatorze mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e sessenta e três centavos) em razão da não comprovação de execução das medidas previstas nos itens 3.1 (cobertura de telha para alumínio), 3.2 (estrutura de madeira para telhas), 4.1 (Forro em PVC) e 6.1 (Assentamento de cerâmica) do projeto básico pertinente ao convite n.º 042/2012, que deve ser recolhido na esfera municipal para a Prefeitura Municipal de Manaquiri, no **prazo de 30 (trinta) dias** com comprovação perante este Tribunal nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n.º 04/2002 - TCE/AM;
- 10.9 – Determinar à DICREX** que instaure cobrança executiva no caso de não recolhimento dos valores da condenação no prazo estipulado, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n.º 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução n.º 04/02-TCE/AM (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - TCEAM);
- 10.10 – Determinar ao Sr. Jair Aguiar Souto** que observe, com maior rigor, os mandamentos da Constituição Federal (art. 37, II), da Lei n.º 8.666/93 (em especial os artigos 6º, IX e 57), da Lei n.º 6.496/77 (exigência de ART) e da Lei Municipal n.º 364/2005 (Controle Interno);



ACÓRDÃO Nº 21/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 21/ 2018 – TCE – Tribunal Pleno)

10.11 - Notificar o Sr. Jair Aguiar Souto, por intermédio de seus patronos regularmente constituídos, o Sr. João Lúcio Galvão Gonçalves, por intermédio de seu procurador, a empresa Sigma Engenharia e Consultoria Ltda., a empresa Megacon Serviços de Construção Civil Ltda. e a empresa NPJ Construção e Comércio Ltda, sobre o desfecho atribuído a estes autos de Prestação de Contas Anuais.

11- Ata: 14ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 03 de Maio de 2018.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13.1- Auditor Presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

MARIO JOSE DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral